

Documento de Área

Linguística e Literatura

Área 41

Coordenador da Área:

José Sueli de Magalhães

Coordenadora Adjunta de Programas Acadêmicos:

Solange Fiuza Cardoso Yokozawa

Coordenadora Adjunta de Programas Profissionais:

Luiza Helena Oliveira da Silva

2025 – 2028

SUMÁRIO

PREÂMBULO	5
ESTADO DA ARTE	5
1 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS	10
1.1 Inovações, transformações e propostas.....	10
1.2 Planejamento dos Programas da Área no contexto das Instituições de Ensino Superior.....	11
1.3 Autoavaliação como parte da avaliação dos Programas.....	12
1.4 Atuação e experiência do corpo docente permanente (DP)	13
1.5 Visão da Área sobre a modalidade de ensino à distância.....	15
1.6 Visão da Área sobre a modalidade profissional.....	16
1.7 Visão da Área sobre formas associativas.....	17
1.8 A interdisciplinaridade na Área	17
1.9 Visão da Área sobre Processos Híbridos de Ensino e Aprendizagem (PHEA) ..	18
2 FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL	19
2.1 Perspectivas da Área sobre a formação e perfil de egressos.....	19
2.2 Perspectivas na avaliação da produção intelectual.....	19
2.3 Perspectivas da Área quanto às mudanças impostas pelo movimento de Ciência aberta	21
3 IMPACTO	23
3.1 Perspectivas de impacto dos Programas da Área na sociedade.....	23
3.2 Perspectivas dos processos de inserção e ampliação da visibilidade dos Programas (internacionalização incluída) e Popularização da Ciência	24
3.2.1 Internacionalização	24
3.2.2 Inserção nacional, regional e local	27
3.2.3 Visibilidade	27
3.2.4 Popularização da ciência	28

3.3	Medidas de indução de interação com a educação básica ou outros setores da sociedade.....	29
4	CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXCELÊNCIA NA ÁREA	32
5	EQUIDADE, REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS E DIVERSIDADE.....	34
5.1	Perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais.....	34
5.2	Visão da Área sobre mecanismos de solidariedade (incluindo PCI).....	35
5.3	Visão da Área quanto às políticas afirmativas de inclusão, permanência e acessibilidade.....	36
6	ALTERAÇÕES DOS PROGRAMAS	38
6.1	Visão da Área sobre fusão, desmembramento e migração	38
7	OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA	39
7.1	Impactos da Agenda 2030	39
7.2	Inteligência Artificial.....	40

Considerações da Diretoria de Avaliação

Neste documento a Área de Avaliação apresenta as diretrizes específicas que irão nortear as instituições de ensino superior sobre a avaliação e o acompanhamento dos programas de pós-graduação a ela vinculados. Essas diretrizes foram construídas de acordo com os critérios próprios da Área em constante diálogo com a sua comunidade. Para além disso, o Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES) definiu diretrizes e procedimentos comuns para a avaliação da pós-graduação stricto sensu e as áreas de avaliação e os programas devem observar as normas dispostas na legislação vigente e no documento referencial “Diretrizes comuns da avaliação de permanência dos programas de pós-graduação stricto sensu” disponível em <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/documentos-do-novo-ciclo-avaliativo-2025-2028>

PREÂMBULO

Este documento apresenta considerações sobre o estado da arte e o futuro da Área de Linguística e Literatura e discorre conceitualmente sobre o caráter indutor do processo avaliativo da CAPES, que tem por meta ampliar as perspectivas de impacto dos Programas na sociedade, por meio da busca de uma maior qualidade na formação de mestres e doutores e aumento da produção intelectual altamente qualificada. Juntamente com outros documentos, como a Ficha de Avaliação e o Documento Orientador de APCN, constitui a base dos diferentes processos de avaliação da CAPES.

ESTADO DA ARTE

A Área de Linguística e Literatura, ciente de seu papel estratégico na construção, pela linguagem, de uma sociedade que vislumbra o desenvolvimento contínuo em todas as suas esferas, seja econômica, política, social, acadêmica, científica e, sobretudo, humana, conseguiu, especialmente nos últimos anos, alcançar todos os estados do Brasil, diminuindo vigorosamente as assimetrias regionais. Ressalta-se que, atualmente, uma única unidade da federação ainda não conta com curso de doutorado em Linguística e Literatura. Portanto, os avanços alcançados são razões para afirmar que a função da Área tem sido exercida de maneira eficaz naquilo a que se propõe, conforme descrito nos itens subsequentes deste documento.

A Área de Linguística e Literatura abrange estudos interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares. A natureza desse empreendimento toma como objeto de enfoque crítico, teórico, descritivo e analítico a língua e a literatura em seus mais variados escopos, perspectivas e concepções, considerando, portanto, os estudos linguísticos, literários, estudos de tradução, estudos culturais, aplicados, dentre outros.

A sólida vocação da Área para a interdisciplinaridade está na base de sua concepção teórico-crítica, o que permite um redimensionamento de seus objetivos e métodos de investigação e conduz a uma reflexão epistemológica que atenda às diferentes possibilidades de análise. Como transdisciplinar, ou seja, capaz de atravessar todas as demais Áreas do conhecimento, a Área de Linguística e Literatura está cada vez mais envolvida com as novas linguagens e as novas ferramentas de uso dessas linguagens, promovendo e acompanhando as inovações hodiernas como, por exemplo, a inteligência artificial.

Essa vocação plural, seja no domínio da língua, seja no da literatura, possibilita novos enquadramentos sobre conceitos, abrindo-os à interferência de teorias e de métodos de outras Áreas e disciplinas, cujo diálogo leva a uma percepção diferenciada, que não se reduz a uma simples justaposição, mas a uma transversalidade que atravessa e entrecruza várias disciplinas em abordagens inovadoras.

A Área de Linguística e Literatura reúne Programas com perfis bem delineados e, ao mesmo tempo, diferenciados entre si. Essas diferenças, contudo, não isolam os Programas; pelo contrário, permitem a eles estabelecerem diálogos cada vez mais férteis, produtivos e compreensivos.

Um conjunto vasto de Programas contempla pesquisas no âmbito dos estudos linguísticos e dos estudos literários, ao que se nomeia de Programas mistos; um conjunto menor dedica-se exclusivamente aos estudos linguísticos ou aos estudos literários, incluindo estudos de tradução e de linguística aplicada; outro grupo assume como eixo norteador a interdisciplinaridade, o que não exige todos os demais de atuarem nesse mesmo eixo, alcançando, ainda, a multi e a transdisciplinaridade. Todos esses Programas configuram-se como acadêmicos, a grande maioria com cursos de mestrado e de doutorado. Relativamente à modalidade profissional, a Área conta, atualmente, com nove Programas, todos de mestrado. Até 2023, havia um Programa de mestrado profissional em rede, o Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS), que foi transferido para a Área.51 Ciências e Humanidades para a Educação Básica.

O crescimento da Área, em termos quantitativos, seguiu-se à ruptura de barreiras regionais, as quais faziam concentrar os Programas nas regiões Sudeste e Sul do Brasil. O gráfico 1 demonstra o crescimento da Área, que passou de 66 Programas no ano 2000 para 157 em 2024.

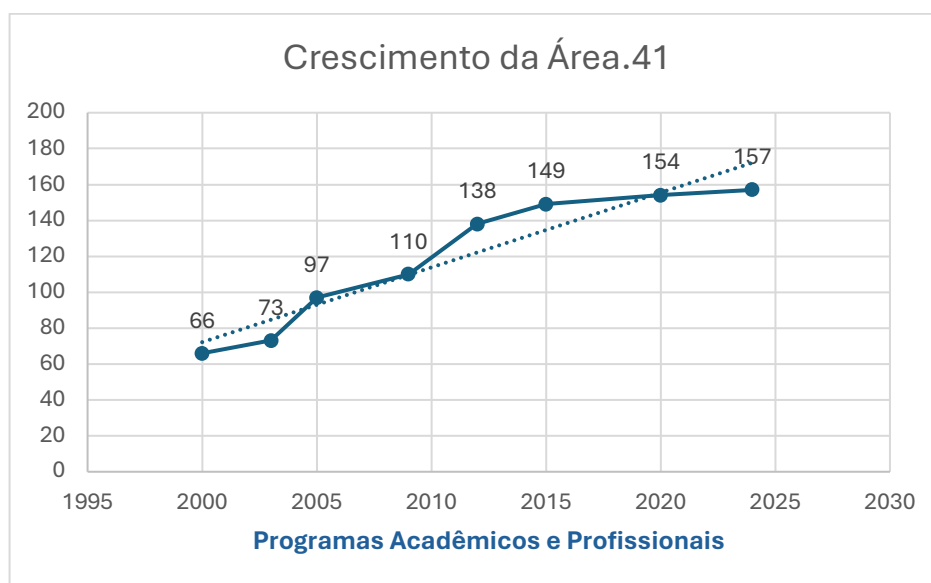


Gráfico 1: evolução quantitativa dos Programas da Área.41

O crescimento do número de Programas foi acompanhado por uma descentralização em termos de distribuição pelo país. Embora a região Sudeste ainda concentre a maior quantidade, novos Programas surgiram, ao longo do tempo, nas outras regiões. A região Norte, por exemplo, que contava com apenas um Programa em 2000, apresenta, atualmente, um conjunto de doze Programas. O Amapá, único estado do Brasil que não possuía um Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura até avaliação

quadrienal de 2016, teve, em 2018, seu primeiro Programa aprovado. Também nesse período, a região Norte passou a contar com seus primeiros cursos de doutorado, na UFPA (Campus Belém), na UFNT (Araguaína) e na UFAC (Rio Branco). No ano de 2024, deu-se início ao primeiro doutorado da Área.41 no estado do Amazonas, na UEA (Campus Manaus). Ainda nesse mesmo ano, foi aprovado o curso de Doutorado na UNIR (Porto Velho), na UFT (Porto Nacional/Palmas) e na UEMA (Campus São Luís). Portanto, apenas o estado do Amapá resta sem um curso de doutorado na Área de Linguística e Literatura. A figura 1, a seguir, apresenta distribuição dos Programas por região geográfica.



Figura 1: Distribuição quantitativa dos Programas da Área.41 por região. Total: 157 Programas

O crescimento da Área.41 não se deu apenas quantitativamente nos últimos anos. Também em termos qualitativos, o avanço tem se dado de forma robusta. É o que se conclui a partir dos resultados da última avaliação quadrienal, principalmente ao se observar a diminuição do número de Programas nota 3, de 35 para 18, e o aumento dos Programas nota 5, de 29 para 47, e nota 6, de 11 para 23. O gráfico 2, a seguir, apresenta o avanço qualitativo da Área.41, considerando os três últimos ciclos avaliativos.

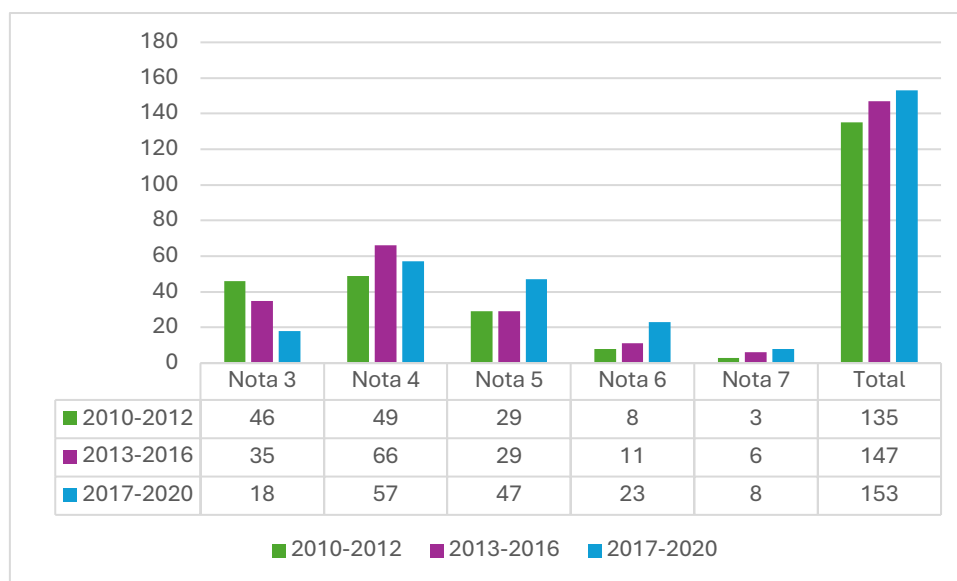


Gráfico 2: Avanço qualitativo da Área.41 nos três últimos ciclos avaliativos.

Acerca dos números acima, informa-se que, em 2016, dois Programas foram descontinuados; em 2020, um Programa foi descontinuado por ter sido rebaixado a nota dois. Há de ressaltar, ainda, que, de 2020 até 2024, nova configuração se estabeleceu devido à aprovação de cursos novos.

O gráfico 2 informa que a Área possui, atualmente, trinta e um Programas de excelência, dos quais 23 são nota 6, e 8, nota 7. Esses Programas encontram-se concentrados nas regiões Sudeste e Sul, como se observa abaixo:

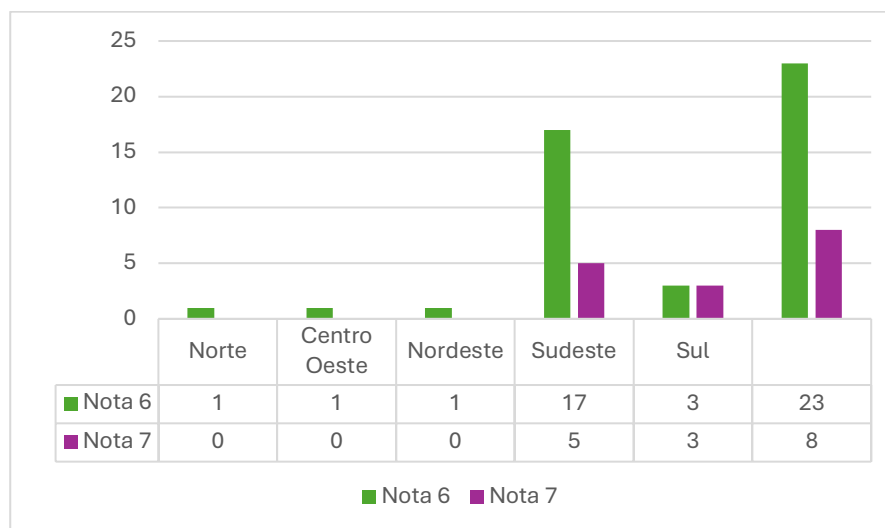


Gráfico 3: Distribuição dos Programas de excelência por região

Verifica-se, ainda, neste gráfico, que os oito Programas nota 7 estão todos nas regiões Sudeste e Sul, sendo cinco na região Sudeste (UFRJ, UFF, UNICAMP, Unesp-São José do Rio Preto e UPM) e três na região Sul (PUCRS, UFRGS, UFPR). Relativamente aos Programas nota 6, apenas três estão fora do eixo Sudeste/Sul, a saber: UFPB, UFPA e UFG.

Portanto, embora as assimetrias regionais, em termos quantitativos, tenham sido severamente reduzidas, há ainda muito a ser feito para que elementos qualitativos também se diversifiquem e se espalhem para todo o país. Contudo, não se pode deixar de considerar o fato de que os Programas fora do eixo Sudeste/Sul são, em sua maioria, bastante jovens se comparados com os demais, o que, por certo, justifica a inexistência de Programas nota 7 e o baixo número de Programas nota 6 nas regiões Norte, Centro-Oeste e Nordeste.

A Área.41, em sua coordenação atual, tem realizado fóruns regionais anualmente, de forma não apenas a apresentar novas informações, prestar assessoria e auxílio aos Programas, como também a ouvir os anseios da comunidade, pela voz dos coordenadores dos Programas, e enfrentar novos desafios e planejar estratégias para suplantá-los. Também a Área realiza um encontro anual com a associação que representa todos os Programas em Linguística e Literatura na comunidade, a ANPOLL – Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Letras e Linguística, quando se reúnem todos os coordenadores de Programas para refletirem sobre os novos rumos da formação pós-graduada *stricto sensu* em Linguística e Literatura.

Um dos grandes desafios que a Área.41 tem enfrentado nos últimos anos, e que, por certo, atinge as demais Áreas, é a chamada inteligência artificial. Entende-se que, se a inteligência artificial é utilizada como ferramenta, pode ser uma grande aliada, mas, se usada como produtora de conteúdo, poderá se tornar um grave problema para a geração do conhecimento que se pretende na pós-graduação *stricto sensu*. Como apresentado no início deste documento, a Área.41 tem como objeto basilar a linguagem e, portanto, não se furta a lidar com mais essa forma de usos da linguagem que é a inteligência artificial. Por isso, vários Programas já introduziram pesquisas e investigações sobre essa nova ferramenta.

As transformações por que passou a pós-graduação nos últimos, especialmente, a partir dos propósitos multidimensionais da avaliação, fizeram com que a Área.41 estimulasse os Programas a perseguirem mais enfaticamente sua missão. Isso significa que cada Programa deve definir seus próprios rumos, seus objetivos e sua identidade, uma vez que cada curso será avaliado a partir do modo como que ele mesmo se define. Outro ponto fundamental que abarca novas tendências na pós-graduação e em completa harmonia com a identidade de cada Programa é a capacidade de se autoavaliar. Em virtude disso, a Área insiste com os Programas e assiste a eles para que se efetive um processo de autoavaliação contínuo e coerente com as suas próprias missões, haja vista entender que os rumos dos Programas podem ser traçados a partir de uma autoavaliação séria e consistente, num processo de retroalimentação com o próprio planejamento estratégico do Programa.

1 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS

1.1 Inovações, transformações e propostas

A inovação é necessária ao avanço das ciências e a sua inserção no mundo social, com vistas ao desenvolvimento de uma cidadania plena. A Área de Linguística e Literatura é parte ativa do processo de inovação, que não se dissocia das tradições que fundamentam os estudos sobre a linguagem, numa perspectiva contextual e de contínua avaliação de suas referências e de seus parâmetros. Nesse sentido, a Área deve empenhar-se na elaboração e na implementação de ações que fomentem a inovação pela linguagem, sempre preocupada com a formação qualificada de mestres e doutores, tendo em vista: i) pesquisas multi, inter e transdisciplinares, articuladas entre grupos de pesquisa nacionais e estrangeiros, que gerem novos paradigmas, métodos e práticas de alto impacto científico e/ou tecnológico, fazendo avançar as fronteiras do conhecimento e dando lugar a um profissional com formação sólida e integradora; ii) pesquisas voltadas para o estudo da inteligência artificial, que gerem resultados capazes de auxiliar no uso produtivo dessa ferramenta nos estudos da linguagem e em contribuições para o ensino; iii) pesquisas individuais ou em grupo, com foco em temas e problemas originais, que resultem em produtos técnicos e/ou bibliográficos que façam avançar o conhecimento na Área; iv) desenvolvimento da educação básica, tanto no que se refere aos processos de aprendizagem, à formação de professores e à elaboração e à implementação de políticas públicas para a melhoria do ensino de línguas e de literaturas; v) ações que permitam a preservação e a salvaguarda do patrimônio linguístico, literário, cultural e artístico, expandindo o alcance público de seus benefícios, o que incorpora os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável); vi) reflexão sobre os grandes problemas regionais e nacionais e o estabelecimento de contextos mais complexos e ricos para a resolução de conflitos, a redução de violências e de discriminações para o estímulo à criatividade.

O caráter inovador do conhecimento manifesta-se na articulação de conceitos e de metodologias que conduzam a novas formas de interpretação e de resolução de problemas, nos planos teórico e aplicado. Nesses termos, o caráter inovador dos Programas de Pós-graduação será apreciado pelo potencial da produção bibliográfica e técnica em gerar arranjos teóricos e/ou metodológicos inovadores para o avanço do conhecimento, assim como consolidar processos, técnicas e produtos transferíveis ao desenvolvimento científico, social e/ou tecnológico, tais como: projetos e ações de caráter inter, multi e transdisciplinar; softwares, aplicativos e plataformas; patentes; material didático e instrucional com impacto no sistema educacional; cursos para a formação de recursos humanos que tragam propostas de revisão de conceitos e de práticas; assessorias e consultorias voltadas ao desenvolvimento de projetos culturais; curadoria de mostras e exposições; edição de material de difícil acesso, como manuscritos e textos teóricos, tradução de textos teóricos, que sirvam de fonte para

pesquisas futuras; publicações em livros e periódicos com reflexões originais e que concorram para o avanço da Área no tema contemplado; produção bibliográfica e técnica que contribua para o uso ético da inteligência artificial aliada aos estudos na Área da linguagem. Importa ainda a elaboração de propostas de políticas linguísticas de caráter local, regional e nacional, visando à abertura de linhas de pesquisa que incorporem as linguagens e literaturas indígenas, a produção de materiais didáticos bilíngues e a incorporação e difusão de proposições metodológicas a partir de diferentes cosmologias.

Nesse sentido, é mister ter em mente que o caráter inovador de um produto bibliográfico ou técnico está vinculado às áreas e linhas de cada Programa e depende da natureza do projeto a que se liga, de modo que os parâmetros de inovação tenham, no horizonte, a Área de Linguística e Literatura com suas especificidades. Portanto, impacto e inovação na Área devem se dar pela linguagem, seu objeto, qualquer que seja a concepção a esta atribuída.

1.2 Planejamento dos Programas da Área no contexto das Instituições de Ensino Superior

O planejamento estratégico é uma necessidade que se interpõe aos Programas para que possam corrigir suas fragilidades e investir em suas potencialidades. É por meio de um planejamento estratégico claro, exequível, alimentado pelos resultados da autoavaliação, que os Programas se fortalecem, ampliam seu impacto local, regional, nacional e internacional, e concorrem para o avanço do conhecimento e da Área de Linguística e Literatura. O planejamento dos Programas deve estar claramente alinhado com o Plano de Desenvolvimento da Instituição (PDI), o qual, por sua vez, deve prever explicitamente ações voltadas para a consolidação e o fortalecimento da pós-graduação *stricto sensu*. Assim sendo, o planejamento estratégico deve estar em sintonia com as políticas institucionais de apoio e de aprimoramento dos cursos de mestrado e doutorado, por meio de processos e de instrumentos bem definidos.

Ressalta-se que o planejamento estratégico precisa estabelecer objetivos e metas específicas e exequíveis a serem alcançadas ao longo do quadriênio. Como será norteado por apontamentos referentes às potencialidades e fragilidades de cada Programa, esse planejamento depende intrinsecamente dos resultados fornecidos pela autoavaliação. Também é necessário que os Programas apresentem, a cada quadriênio, uma avaliação do planejamento estratégico anterior, explicitando objetivos e metas alcançados e não alcançados, bem como as razões pelo não alcance. Além disso, o planejamento estratégico deve prever ações que visem ao crescimento e à melhoria constante do Programa, tendo em vista aspectos como: funcionamento administrativo; infraestrutura física e apoio humano, não prescindindo da acessibilidade; estrutura curricular (ajustes de linhas e estrutura curricular, tendo em vista adequações necessárias percebidas pela autoavaliação); política de cotas e ações afirmativas; formação docente (qualificação em nível pós-doutoral, qualidade da produção intelectual), formação discente (ações de

acompanhamento das dissertações e teses, política de qualificação discente por meio de bolsa sanduíche, cursos, intercâmbios, participação em eventos científicos nacionais e internacionais); acompanhamento de egressos; impacto e inovação da produção intelectual; impacto local, regional, nacional e/ou internacional; visibilidade; entre outros.

1.3 Autoavaliação como parte da avaliação dos Programas

A Área de Linguística e Literatura considera a instauração contínua do processo de autoavaliação dos Programas um dos maiores avanços para a pós-graduação, com saldo sempre positivo. A autoavaliação é um exercício de reflexão crítica fundamental para a identificação de potencialidades e de fragilidades dos Programas, com vistas a reforçar ações ou a corrigir rumos que possam aprimorar o processo formativo e a qualidade da produção intelectual de docentes e discentes.

A autoavaliação, alinhada com a avaliação institucional, demanda a adoção de mecanismos sistemáticos de produção e de análise de dados que possam dar consistência às ações de melhoria e de fortalecimento dos Programas. Assim sendo, é sobretudo a autoavaliação que irá fornecer informações para a elaboração do planejamento estratégico. Os resultados da autoavaliação deverão ser uma fotografia precisa do Programa com todas as suas nuances, uma vez que serão capazes de indicar o norte a ser seguido por todo os atores que compõem a formação pós-graduada stricto sensu.

Compete aos Programas apresentar e implementar um projeto de autoavaliação, apto a captar aspectos pertinentes à sua própria missão e objetivos, e que considere quesitos e itens da ficha de avaliação (adequação da infraestrutura, linhas e disciplinas; formação discente e qualificação e produção do corpo docente; impacto da produção docente, impacto do Programa em nível regional, nacional e/ou internacional; satisfação discente e docente com a formação recebida e oferecida; envolvimento discente, docente e da instituição nas ações do Programa: participação da sociedade), visto que, no seu conjunto, tais elementos representam critérios de qualidade considerados essenciais pela Área de Linguística e Literatura.

A autoavaliação deve ser realizada por uma comissão própria, constituída por representantes do corpo docente, discente, técnico, dos egressos e da sociedade, sendo acompanhada de perto pela coordenação do Programa e pela administração superior. Deve envolver, em sua realização, todos os atores que sustentam a permanência da pós-graduação, a saber: discentes, egressos titulados, docentes, técnicos, sociedade e gestores (como a pró-reitoria de pesquisa, por exemplo)

Em resumo, a autoavaliação envolve as seguintes etapas:

- i. Preparação (constituição da comissão de autoavaliação; planejamento, com definição dos aspectos a serem avaliados; elaboração de um projeto de

autoavaliação que contenha objetivos, estratégias, metodologia, cronograma, recursos, equipe de implementação com suas respectivas responsabilidades; forma de divulgação dos resultados; monitoramento dos usos dos resultados);

- ii. Implementação (mediante questionários, oficinas, consultas públicas etc.);
- iii. Divulgação dos resultados (apresentação em seminários, relatórios, site etc.);
- iv. Uso dos resultados (retroalimentação com o PDE, estratégias diversas etc.);
- v. Meta-avaliação.

Ao longo do quadriênio, os Programas devem desenvolver todas as etapas da autoavaliação e evidenciar a articulação entre os resultados e o planejamento estratégico. Importante que dos procedimentos metodológicos constem questionários direcionados aos atores supra referidos, seminários para apresentação e apreciação pública de resultados parciais e de relatórios. É fundamental que, no cronograma de execução do projeto de autoavaliação, estejam previstos encontros esporádicos com a coordenação do Programa, uma vez que esta deverá sempre fornecer informações para a comissão e desta receber informações.

Por fim, a Área de Linguística e Literatura deposita confiança ímpar no processo de autoavaliação que, se realizado de forma contínua e séria, deverá ser responsável por indicar todo e qualquer ajuste que se fizer necessário no Programa para o seu avanço qualitativo, em articulação efetiva com o PDE.

1.4 Atuação e experiência do corpo docente permanente (DP)

Estão relacionados abaixo pré-requisitos estabelecidos pela Área.⁴¹ para categorização de docente como membro permanente em curso de mestrado e/ou doutorado.

O corpo docente permanente (DP) dos Programas deve ser constituído por doutores com atuação e produção na Área, em conformidade com a proposta do Programa, e deve obedecer a um quantitativo suficiente para realizar adequadamente as atividades de ensino, pesquisa, orientação, inserção social e outras atividades necessárias para o pleno desenvolvimento dos cursos, o que inclui participação em comissões internas, externas e colegiado, por exemplo. Para isso, pelo menos 70% dos DP devem ter dedicação integral à instituição, e podem atuar em, no máximo, até três Programas diferentes. Nenhum docente poderá atuar em mais de três Programas, e a proporção máxima de professores participantes de três Programas na mesma IES ou em IES distintas não pode ultrapassar 30% do total do corpo docente. Também todos os DP devem ter, no mínimo, 10 horas de dedicação a cada PPG.

Os DP dos Programas acadêmicos devem ter titulação de doutor. No caso dos cursos profissionais, o núcleo de docentes permanentes deverá ser constituído de, pelo menos,

70% de doutores, podendo os demais apresentarem título de mestre ou especialista, desde que comprovem experiência e produção específica no objeto da proposta.

Os DP precisam, obrigatoriamente, apresentar produção qualificada aderente à área de concentração do curso proposto e realizar atividades de pesquisa, docência, orientação e inserção social, além de se disponibilizarem a participar de outras atividades relevantes para o bom funcionamento do curso. Necessário observar a distribuição equilibrada dessas atividades entre os docentes permanentes. Também precisam realizar atividades de ensino e orientação na graduação, salvo se forem aposentados ou se houver algum entrave relativo ao regime jurídico de contratação docente pela instituição. Ratifica-se a inescusável atuação em comissões internas e externa necessárias ao adequado funcionamento do Programa. O número mínimo de docentes permanentes para o funcionamento do mestrado, seja acadêmico ou profissional, deve ser 10. Para o doutorado, os cursos precisam ter, no mínimo, 12 docentes permanentes. Entretanto, não é aconselhável que os Programas funcionem apenas com o número mínimo professores. Quantitativo diferente se aplica a regiões assimétricas, conforme o disposto no documento de APCN da Área.

Para garantir a qualidade do corpo docente, os Programas devem apresentar normativas próprias, com critérios claros e específicos de credenciamento e reconhecimento, elaboradas em conformidade com os quesitos e itens da ficha de avaliação da Área de Linguística e Literatura e com este documento, especialmente em observância ao conteúdo dos três parágrafos anteriores. O processo de credenciamento e reconhecimento deve ser realizado por comissão própria. Igualmente deve haver um acompanhamento contínuo da produção docente para garantir a qualidade das pesquisas do Programa.

O Programa pode também contar com docentes colaboradores doutores. Havendo essa categoria, é facultado atuar em até duas frentes entre ensino e/ou pesquisa e/ou orientação, conforme as necessidades do Programa. Em qualquer frente de atuação, a necessidade de docentes colaboradores deve ser devidamente especificada e justificada na “proposta do Programa” no Coleta. Uma vez que a função desta categoria é colaborar com os Programas, não é possível abrir vagas de orientação para colaboradores, a fim de não demarcar dependência por parte dos Programas relativa a esta categoria docente. Alterações poderão ser efetuadas em atenção a normativas da CAPES vigentes sobre o objeto em questão.

Os Programas podem e devem contar com docentes visitantes doutores de outras IES do Brasil ou do exterior, cujo ingresso no Programa dependerá de regulamentação institucional própria. A presença de professor visitante constitui um indicador de colaboração interinstitucional e de investimento na formação discente.

É importante que a distribuição dos DP entre áreas de concentração e linhas de pesquisa seja equilibrada, com cada linha constituída por, no mínimo, três docentes

permanentes. Entretanto, não é aconselhável que uma linha conte apenas com o número mínimo de DP. O Programa precisa apresentar política clara de qualificação docente no seu planejamento estratégico.

Destaca-se, ainda, a necessidade do reconhecimento de licenças parentais, seja em família biológica, afetiva ou por adoção. Recomenda-se que, nesses períodos, seja previsto flexibilizar, por dois anos, todas as frentes de atuação docente, incluindo a produção qualificada, o que deve ser justificado na “proposta do Programa” no Coleta. A flexibilização inclui mães, pais, casais homoafetivos e monoparentalidade.

1.5 Visão da Área sobre a modalidade de ensino à distância

Conforme demonstrado na descrição do “Estado da Arte”, no início deste documento, a Área.41 vem se empenhando na correção de assimetrias regionais e na descentralização da pós-graduação brasileira, tendo havido avanços consideráveis nos últimos ciclos avaliativos. Também tem investido na melhoria de Programas nota 3. Assim, a Área entende que, antes de se pensar na criação de Programas de pós-graduação na modalidade à distância, é necessário que os Programas já existentes, especialmente aqueles de regiões antes desprovidas de cursos *stricto sensu*, estejam consolidados. Dessa forma, entende-se que a proposição de cursos nessa modalidade deve estar rigorosamente em conformidade com a legislação em vigor para este fim e obedecer às exigências presentes do documento orientador de APCN da Área. Atendidos esses requisitos, a Área considera que a submissão de propostas de cursos de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade à distância deve, minimamente, obedecer aos seguintes critérios:

- i. comprovação da não existência de cursos presenciais na região;
- ii. apresentação de critérios claros sobre as formas de realização de atividades, como disciplinas obrigatórias; estágios de qualquer natureza; fóruns e seminários de qualquer natureza; mecanismos de avaliação; práticas que, outrora, exigiam presença física de docente e discente; orientação e acompanhamento de atividade laboratoriais;
- iii. descrição da estrutura organizacional do ambiente virtual para webconferências e para aulas online, o que inclui quantidade suficiente de computadores dotados de hardwares e softwares atualizados, nunca ultrapassando dois anos sem a devida atualização;
- iv. comprovação da existência de uma rede de internet veloz e com capacidade para suportar todas as conexões necessárias para o excelente funcionamento das atividades virtuais;
- v. descrição documentada de todas as práticas pedagógicas a serem realizadas e de como se dará sua realização;

- vi. declaração explícita da instituição comprometendo-se a custear despesas com docentes e discentes para participação em atividades institucionais e interinstitucionais que exigirem presença;
- vii. descrição das atividades presenciais requisitadas ao longo do curso;
- viii. apresentação detalhada de todos os recursos didáticos e de infraestrutura física, o que inclui biblioteca virtual, meios de acesso a textos de toda natureza, incluídos os de livre acesso e os de acesso pago;
- ix. informações precisas sobre todo processo de entrada e de saída do discente, incluindo o processo seletivo, os procedimentos de orientação e o modo como ocorrerão as defesas do trabalho final.

1.6 Visão da Área sobre a modalidade profissional

Os Programas de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade profissional têm uma história recente no Brasil, com a implementação dos mestrados profissionais e dos mestrados profissionais em rede, e com a regulamentação do doutorado profissional, em 2019. A modalidade profissional resultou de um pleito social orientado à transferência de conhecimento para a sociedade, de forma a atender às demandas sociais e econômicas ligadas ao desenvolvimento local, regional e nacional por meio da geração de produtos inovadores que impulsionassem o aumento da produtividade em empresas e em organizações públicas e privadas.

Recentemente, foi criada, por meio da Portaria N. 241, de 3 de novembro de 2023, a Área de avaliação Ciências e Humanidades para a Educação Básica, destinada a conduzir os processos de avaliação e acompanhamento dos Programas Profissionais em Rede para a Formação de Professores da Educação Básica - PROF/PROEB Assim sendo, o PROFLETRAS passou a se vincular a esta Área e não mais à Área 41.

Neste contexto, a Área de Linguística e Literatura enxerga positivamente a criação e a consolidação de mestrados profissionais, cujo número ainda é pequeno se comparado à quantidade de Programas acadêmicos e ao quantitativo alcançado por outras Áreas mais próximas do setor produtivo. Tendo em vista que, até o momento, os Programas profissionais não contam com financiamento da CAPES e devem buscar recursos mediante convênios com empresas, instituições públicas ou privadas, fundações de amparo à pesquisa, torna-se um grande desafio uma ampliação mais expressiva de cursos desta modalidade na Área. Atualmente, a Área.41 conta com oito Programas nesta modalidade. Acentua-se que, apesar da existência de Programas profissionais nota 4, não foi ainda submetida uma proposta de criação de doutorado profissional em Linguística e Literatura.

Como a tradição brasileira de pesquisa em Linguística e Literatura se encontra centrada em uma perspectiva teórica e aplicada, a consolidação de uma perspectiva profissional de pesquisa requisita uma contínua reavaliação dos processos e dos

métodos empregados, bem como dos produtos finais apresentados, de forma que não se confundam com as pesquisas aplicadas desenvolvidas no âmbito dos Programas de pós-graduação acadêmicos.

É preciso, pois, delinear esse processo de avaliação para se explicitar com mais clareza qual é a vocação da Área de Linguística e Literatura no que tange ao lugar que os Programas profissionais devem assumir no nicho da Área, sem haver uma sobreposição ou repetição de papéis em relação aos Programas acadêmicos.

1.7 Visão da Área sobre formas associativas

As diferentes formas associativas entre Programas de pós-graduação *stricto sensu*, reguladas pela CAPES e pelo CNE, consistem em alternativas para: i) fortalecer subáreas emergentes da pesquisa em Linguística e Literatura, mediante a parceria com diferentes IES, visto possuírem recursos humanos limitados e ii) consolidar a Área de Linguística e Literatura em regiões que ainda encontram dificuldades para firmar a prática da pesquisa em níveis avançados. Isso faz das formas associativas opções adequadas para a criação de cursos de mestrado e de doutorado.

Vale ressaltar que essas formas associativas seguem um conjunto de regras para proposição, implementação e avaliação que são específicas para essa modalidade de Programa de pós-graduação, haja vista tratar-se da união de distintas IES, as quais possuem peculiaridades/particularidades que precisam ser equalizadas para o funcionamento adequado do Programa, conforme as exigências da CAPES e da Área de Linguística e Literatura.

1.8 A interdisciplinaridade na Área

A Área de Linguística e Literatura, como já antes pontuado, é, por natureza, interdisciplinar, uma vez que tem como objeto de estudo a linguagem, em suas diferentes modalidades e concepções, objeto heteróclito e complexo. A linguagem perpassa todas as atividades humanas, todas as Áreas de conhecimento, assim como a manifestação literária/estética da linguagem é atravessada por diversos saberes. Assim sendo, os estudos linguísticos e os literários convocam, necessariamente, outras Áreas do conhecimento. A isso se somam os desafios impostos ao conhecimento nas últimas décadas, que fizeram com que a disciplinarização e a compartimentalização do saber e do fazer científico cedessem espaço a diferentes formas de diálogo entre as Áreas. A partir de interlocuções que apenas justapunham conceitos de diferentes disciplinas, caracterizadas como multidisciplinares, chega-se, em muitos Programas da Área, a formas mais complexas de cooperação entre disciplinas fundadas na integração de conceitos e de métodos, de natureza interdisciplinar, ou ainda a propostas que se traduzem como transdisciplinares, marcadas pelo deslocamento das fronteiras disciplinares.

Nos estudos linguísticos e literários, algumas separações iniciais, derivadas da construção de seus respectivos objetos com limites disciplinares claramente demarcados, foram sendo revistas por diferentes abordagens teórico-metodológicas que passaram a dar conta da complexidade da descrição de seus objetos a partir de olhares multi, inter e transdisciplinares.

É um grande desafio da pós-graduação responder às demandas trazidas pelo século XXI que não encontram respostas na disciplinarização, na compartimentalização e na divisão dos saberes. Logo, ações de natureza inter e transdisciplinares, voltadas para a integração entre disciplinas e para o deslocamento de fronteiras disciplinares rígidas, colocam-se como fundamentais no fazer científico da contemporaneidade. A Área.41, ciente dessas demandas, compreende e incentiva ações com perfil interdisciplinar com política linguística e literária explícita. Também entende como salutar que o corpo docente de seus Programas seja constituído por professores cuja formação em outras Áreas convirja para os estudos linguísticos e literários. Igualmente acredita que a produção intelectual de docentes com formação específica na Área.41 pode e deve dialogar com outras Áreas.

1.9 Visão da Área sobre Processos Híbridos de Ensino e Aprendizagem (PHEA)

O mundo, durante e após a pandemia de Covid19, sentiu-se obrigado a utilizar novas ferramentas e procedimentos para acompanhar as transformações impostas pelo distanciamento físico, apropriando-se, principalmente, das inovações tecnológicas. Essas ferramentas, fortemente sustentadas pela chamada TIC (Tecnologia de Informação e Comunicação), ao mesmo tempo em que distanciou corpos, aproximou pensamentos e fez compartilhar, de modo mais imediato, o conhecimento. Diante dessa nova realidade, ainda que a pandemia tenha terminado, dispensar os usos da tecnologia seria retroceder no tempo processual dos avanços da própria ciência. Por outro lado, valer-se apenas do instrumental tecnológico excluiria as múltiplas possibilidades de interação humana, arrefecendo sobremaneira as conexões interpessoais e de afeto. Em vista desses fatos, a Área de Linguística e Literatura é transparente ao conceber o Ensino Híbrido não como uma modalidade de ensino, mas como um procedimento metodológico capaz de contribuir para a execução de parte do *modus operandi* nos Programas de pós-graduação. Dessa forma, é fundamental que Programas que adotarem esse procedimento estejam atentos à legislação vigente e à reestruturação de seus regimentos para que nestes estejam incorporados Processos Híbridos de Ensino e Aprendizagem. Há que se refletir se este procedimento metodológico é capaz de promover a inclusão cidadã, sob pena de incorrer em uma ação excludente, haja vista a possibilidade de o aluno não deter ferramentas suficientes para ser inserido neste procedimento (máquina compatível, internet de alta velocidade, softwares etc.). Compreende a Área que muitas atividades estejam ocorrendo de forma híbrida e assim continuarão, como bancas de qualificação e de defesa, eventos acadêmico-científicos, reuniões etc. Contudo, quando se tratar de

disciplina ofertada pelo Programa, nenhuma poderá ultrapassar 40% da carga horária de forma híbrida, exceto em casos excepcionais como, por exemplo, disciplina ministrada por docente externo ao Programa, situação que poderá chegar até, no máximo, a metade da carga horária. Por fim, todas as atividades híbridas deverão ser síncronas.

2 FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL

2.1 Perspectivas da Área sobre a formação e perfil de egressos

A Área de Linguística e Literatura atua fundamentalmente no campo da linguagem, qualquer que seja sua concepção, o que inclui as diversas concepções científicas, artísticas, tecnológicas, entre tantas outras. Tal abrangência vislumbra a formação de mestres e doutores capazes de enfrentar as frequentes nuances que o mundo contemporâneo impõe às formas de manifestação da própria linguagem. O enfrentamento dessas nuances desafiadoras se apresenta como propósito inarredável na formação de seus mestres e doutores. Compete, pois, aos Programas, ao definirem sua missão e seus objetivos, traçarem, de modo mais específico, o perfil do egresso a ser formado, a fim de que de sua formação emergja a própria identidade do Programa. Importa, então, dar-se conta de que o perfil do egresso esteja espelhado em sua atuação não apenas ao longo do período de formação, observando-se seu engajamento nas atividades promovidas pelo curso, mas também após a formação, considerando a produção intelectual, a inserção profissional e todo tipo de atuação social.

2.2 Perspectivas na avaliação da produção intelectual

A Área de Linguística e Literatura, naquilo que está no cerne de sua natureza, concebe a produção intelectual como manifestação do conhecimento produzido na pós-graduação e que deverá ser compartilhado com os mais diversificados entes sociais. Entende-se que todo conhecimento produzido na pós-graduação será verdadeiramente justificado e valorado se for, de modo efetivo, transferido para a sociedade. Transferência, contudo, não equivale a mudar o conhecimento de lugar ou de posição, mas de espalhá-lo pela sociedade sem que se perca a conexão com a fonte desse espalhamento, qual seja, o próprio Programa. Assim, a produção intelectual deve se fazer enxergar pelo seu caráter inovador, na expressão publicizada do conhecimento articulado por conceitos e metodologias capazes de conduzirem a novas formas de interpretação e de resolução de problemas nos planos teórico, aplicado, artístico e metodológico.

Considera-se, portanto, produção intelectual toda forma de expressão e publicização do conhecimento qualificado gerado nos e pelos Programas, tais como: i) produtos bibliográficos como artigo em periódico científico indexado; livro autoral; capítulo de livro;

resenha em periódico científico; tradução de livro, de capítulo de livro ou de artigo científico; trabalhos científicos publicados em proceedings internacionais com características de livros ou de periódicos e com grande impacto; livros didáticos destinados ao ensino básico e superior; verbetes descritivos; prefácio/posfácio configurados como ensaio; edição filológica e crítica de livros; produção artística de Programas com área de concentração e/ou linha de pesquisa em escrita criativa; ii) produtos técnicos diversos, como organização de dossiês temáticos; organização de coletâneas; produção de material didático e instrucional; palestras/conferências; apresentação de trabalho em eventos; atividades de capacitação em cursos, oficinas, debates; organização de eventos; participação em veículo de comunicação; prefácio/posfácio (configurados como apresentação de obras); assessorias e consultorias aderentes à área; curadoria de mostras e exposições com aderência à área; relatório técnico conclusivo; criação de canais bem como elaboração de conteúdo para mídias digitais voltado à divulgação científica ou para fins didáticos; criação (ou parceria na criação) de softwares, aplicativos, plataformas digitais; atividades de extensão; editoração de livros e periódicos; participação como membro em comissões organizadores de eventos; textos de opinião em veículos de comunicação; participação em entrevistas (seja como entrevistado ou entrevistador); mediação em mesas redondas ou em debates; emissão de parecer para periódicos ou livros; participação como membro de associações científicas; participação em conselhos editoriais, consultivos ou científicos diversos, traduções técnicas, além de outros produtos não listados mas que o Programa avalia como relevantes para a consubstanciação de seus objetivos, missão e identidade, bem como para tornar visibilizadas suas ações.

Para a valoração e avaliação dos produtos listados, a Área de Linguística e Literatura leva em conta, primordialmente, seus atributos de qualidade, tendo em vista a inovação e o impacto promovido ou com verdadeiro potencial de promover impacto e inovação. Para tanto, cumpre que cada Programa destaque o que considera efetivamente de maior qualidade. Para a avaliação qualitativa, consideram-se produtos bibliográficos e produtos técnicos destacados, proporcionalmente ao período de atuação do docente permanente, o que equivale a dizer que o docente com um ano de atuação no Programa terá destacada uma produção bibliográfica e uma técnica; o docente que atuou dois anos, duas produções bibliográficas e duas técnicas e assim por diante. Relativamente aos destaques bibliográficos, urge ressaltar que, para um só destaque, este poderá ser qualquer um dos produtos elencados nesta seção, para dois e três destaques, pelo menos um deverá ser artigo em periódico indexado com fator de impacto; por fim, para quatro destaques, pelo menos dois deverão ser artigos em periódico indexado e com fator de impacto. Informa-se, ainda, que o fator de impacto a que se refere a frase anterior diz respeito aos indicadores bibliométricos mensurados pelo fator h do Google Metrics – índice h5 – relativo ao periódico ou, ainda, pela classificação do artigo pelos indicadores bibliométricos diretos de citação deste produto. A avaliação qualitativa será pautada na justificativa apresentada pelo docente e informada pelos Programas. Ratifica-se que a

justificativa deverá realçar a capacidade de geração de impacto ou o impacto já alcançado pelo produto destacado.

A avaliação da produção bibliográfica se dá em três níveis, a saber: o primeiro nível constitui-se dos destaques por docente permanente, sendo apreciada, qualitativamente, a justificativa para cada um dos destaques; o segundo nível é apreciado pela pontuação da totalidade dos destaques da produção do Programa como um todo, de modo comparativo, levando-se em conta a mediana alcançada pelo Programa de acordo com seu perfil (notas 3, 4 e 5); iii) o terceiro nível avalia a produção bibliográfica dos docentes permanentes, considerando-se a pontuação dos produtos, tendo como parâmetro a mediana do Programa conforme seu perfil (notas 3, 4 ou 5) e o percentual docente que alcançou tal mediana. Importante acrescentar que não é possível estabelecer prioristicamente qualquer valor estatístico, uma vez que somente ao final do quadriênio, conhecidos os destaques e a pontuação, é que se conhecem também as métricas.

Para a avaliação da produção técnica, é necessário que os produtos destacados sejam diversificados e não duplicados por docente. A apreciação pela Área se pauta também na capacidade de o produto gerar impacto ou no impacto outrora gerado, o que deve estar explicitado na justificativa dos destaques. A avaliação qualitativa da produção técnica ocorrerá em dois níveis: i) o primeiro nível constitui-se dos destaques por docente permanente; ii) o segundo nível será apreciado de acordo com os destaques da produção técnica do Programa como um todo, de modo comparativo em virtude do perfil do Programa e levando-se em consideração o tamanho de seu corpo docente, ou seja, os Programas com até 20 docentes permanentes indicarão suas 10 melhores produções; aqueles que possuem de 21 a 40 docentes permanentes indicarão suas 15 melhores produções, enquanto os Programas que têm mais de 40 docentes permanentes indicarão suas 20 melhores produções no quadriênio.

A Área de Linguística e Literatura considera a produção intelectual do discente e do egresso tão importante quando a produção docente. Portanto, pelo menos 30% dos discentes de mestrado e 50% dos alunos de doutorado devem apresentar alguma produção bibliográfica autoral ou em coautoria. E, ainda, no mínimo, 30% dos egressos titulados deverão apresentar também alguma produção bibliográfica autoral ou em coautoria, neste caso considerando-se até 4 (quatro) anos após a titulação. Com respeito à produção técnica, é importante que os discentes de mestrado apresentem, pelo menos, 1 produto técnico, enquanto os alunos de doutorado, bem como os egressos titulados nos últimos 4 anos, apresentem no mínimo, três produtos desta natureza.

2.3 Perspectivas da Área quanto às mudanças impostas pelo movimento de Ciência aberta

A Área de Linguística e Literatura considera que o movimento de Ciência Aberta deve se ampliar continuamente, tornando-se, portanto, uma forte tendência, em escala

mundial, a orientar as práticas de produção e divulgação da ciência. Essa orientação emerge do reconhecimento da necessidade de garantir três importantes aspectos que devem nortear a produção acadêmica: a transparência, a confiabilidade e a acessibilidade.

O mundo contemporâneo, em que a velocidade e o dinamismo das informações imperam, exige que o conhecimento produzido seja democratizado a fim de que haja acesso e participação cada vez mais efetiva de toda a sociedade. Em virtude disso, a Área assume uma perspectiva de ciência cada vez mais acessível, inclusiva, colaborativa, eficiente, reutilizável, transparente, confiável, democrática e, por consequência de tudo isso, com maior impacto, contribuindo mais efetivamente para responder a problemas que demandam a urgência do compromisso da ciência.

Ao apontar para uma avaliação cada vez mais qualitativa do que se produz na pós-graduação em Linguística e Literatura, a Área incentiva práticas da ciência aberta. Essa orientação concorrerá para que o impacto da produção científica não fique condicionado ao pretense prestígio de um periódico ou mesmo a fatores bibliométricos, por vezes produzidos por procedimentos artificiais. Nesse sentido, para fins de avaliação, são consideradas pela Área as boas práticas editoriais dos periódicos e a associação de indicadores qualitativos aos quantitativos.

3 IMPACTO

Como acentua o relatório final das atividades do Grupo de Trabalho Casos de Impacto na Pós-graduação, estabelecido em portaria específica da CAPES, os impactos de um Programa de pós-graduação devem ser aferidos pela evidência da existência de externalidades positivas, observando-se as especificidades de sua área de atuação. Para mensurá-lo, leva em conta “uma medida de quanto uma saída da pós-graduação é capaz de gerar efeitos positivos para uma coletividade”, conforme define o REF - Research Excellence Framework (HEFCE, 2015).

A Área.41 define três eixos para medida do impacto da pós-graduação: i. impactos do Programa para a sociedade; ii. inovação, transferência e compartilhamento de conhecimento; e iii. inserção, visibilidade e popularização da ciência; todos estes eixos considerando os âmbitos local, regional, nacional, internacional, em atenção à missão e à identidade do Programa.

3.1 Perspectivas de impacto dos Programas da Área na sociedade¹

Na Área de Linguística e Literatura, impacto diz respeito sobretudo à produção de conhecimento científico circunstanciado pela linguagem – seu objeto – em suas concepções teóricas, artísticas, literárias e aplicadas diversas. Isso inclui impacto decorrente da formação de pesquisadores e de profissionais para atuação na educação superior e básica, ou em outros setores em que essa formação se mostra relevante para o desenvolvimento educacional, cultural, social, tecnológico e econômico. Considera-se, pois, a ampliação da transferência/compartilhamento de conhecimento e a expansão de produtos e processos de inovação tecnológica e social. Nesse sentido, o impacto atravessa diferentes dimensões, concatenando as seguintes vertentes:

- i. impacto educacional: integração e cooperação com escolas da educação básica; desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino; produção de materiais didático-instrucionais; oferta de cursos de atualização e capacitação para professores; participação em comissões para elaboração de políticas públicas na área da educação; orientação em Programa de Iniciação Científica (PIBIC), Iniciação à Docência (PIBID) e Residência Pedagógica; organização de eventos e de projetos de extensão e de divulgação/difusão científica e cultural;
- ii. impacto social e cultural: formação de recursos humanos qualificados para atuação nos sistemas de ensino e no mercado de modo geral (editorial, cinematográfico, etc.); contribuição do Programa na nucleação de grupos de pesquisa ou de Programas de pós-graduação; contribuições para o fortalecimento

¹ Considerando incentivos para ampliar transferência/compartilhamento de conhecimento e expandir produtos/processos de inovação tecnológica e social.

do sistema nacional de pós-graduação (Minter e Dinter); existência de projetos e ações que indiquem transferência de conhecimento e/ou de tecnologias para segmentos sociais específicos; evidência de formas de colaboração com outras instituições, associações científicas, entidades culturais e organizações da sociedade civil, indicativas da inserção, da presença e da relevância do Programa na sociedade; realização de exposições, mostras e curadorias; atuação em assessorias especiais; ações que demonstrem como egressos, produção científica e produção técnica contribuem para a compreensão e para a intervenção frente a problemas sociais relevantes;

- iii. impacto tecnológico/econômico: desenvolvimento de projetos de pesquisa apoiados por editais indutores focados na transferência de conhecimentos e de serviços para o desenvolvimento de áreas e de comunidades específicas; projetos e atividades de fomento e de preservação do patrimônio literário, linguístico e cultural; criação de softwares, aplicativos e plataformas; projetos de desenvolvimento de bens e serviços no campo da indústria criativa (artes, mercado editorial, audiovisual, animação, games, mídias sociais, gastronomia, cultura popular, turismo cultural, etc.), que estimulem a geração de renda, promovam a diversidade cultural e o desenvolvimento humano.

3.2 Perspectivas dos processos de inserção e ampliação da visibilidade dos Programas (internacionalização incluída) e Popularização da Ciência

A inserção do Programa de pós-graduação é considerada quanto aos processos de internacionalização, bem como ao seu impacto nos níveis nacional, regional ou local, assim como sua visibilidade e ações de popularização da ciência.

3.2.1 INTERNACIONALIZAÇÃO

A Área de Linguística e Literatura encontra-se em estágio avançado de internacionalização, resultante de um longo e contínuo processo, principalmente no caso dos Programas nota 6 e nota 7, mas também em boa parte dos Programas nota 5. Mesmo os demais costumam ter ações pontuais de inserção internacional. A Área considera que sua internacionalização tem por finalidade a cooperação com instituições e centros de pesquisa no exterior, em um patamar de paridade e de reciprocidade, ou seja, a pós-graduação brasileira deve participar internacionalmente da produção de conhecimento, oferecendo contribuição efetiva nessa produção e, ao mesmo tempo, obtendo ganhos de qualidade no diálogo entre pares.

A Área prevê ainda a possibilidade de internacionalização colaborativa com instituições e centros de pesquisa no exterior que estejam em fase de implantação e de consolidação da pós-graduação e para os quais possa dar efetiva contribuição, como as

ações empreendidas com universidades de países da América Latina ou do continente africano, orientando-se pelas parcerias Sul-Sul.

Considera-se que a internacionalização se efetiva gradativamente, conforme o nível de amadurecimento, consolidação e estabilização dos Programas. Desse modo, embora todos os Programas devam investir para a internacionalização, tal como acima definida, esta poderá ser efetuada em etapas e em momentos diferentes. É imprescindível que os Programas sejam norteados pelo que definem com sua missão e seus objetivos; portanto, estando a internacionalização na meta de Programas nota 3, por exemplo, esta precisa ser perseguida.

As ações necessárias para atingir os diferentes graus de internacionalização organizam-se em duas categorias, estreitamente relacionadas, que deverão ocorrer em todos os momentos do processo:

- i. ações de cooperação internacional do Programa;
- ii. ações de acolhimento de professores, pesquisadores e alunos de instituições estrangeiras no Programa.

O ponto de partida para o incremento das atividades de internacionalização é a apresentação da página do Programa na Internet em línguas estrangeiras. Pode-se considerar que o processo de internacionalização ocorrerá em etapas que contemplem, inicialmente, atividades de formação discente e docente, o que poderá constituir o primeiro passo para o estabelecimento de relações do Programa com seus congêneres no exterior, visando desenvolvimento de cooperação científica e de pesquisa.

No que concerne aos docentes do Programa, consideram-se importantes: i) a realização de estágios sabáticos ou de capacitação, e pós-doutorais de professores dos Programas em centros internacionais de excelência, universidades e laboratórios de pesquisa; ii) a participação em reuniões científicas no exterior, com apresentação e publicação de trabalho completo em periódicos de amplitude internacional.

No que tange aos estudantes do Programa, são relevantes: i) a realização de doutorado-sanduíche no exterior; ii) a participação de doutorandos em reuniões científicas fora do país, com apresentação e publicação de trabalho completo em veículos de amplitude internacional.

Referentemente à presença de professores, pesquisadores e alunos estrangeiros no Programa, entendem-se por ações iniciais: i) o acolhimento de professores e/ou pesquisadores de instituições estrangeiras para ministrar conferências e/ou disciplinas no Programa; ii) o acolhimento de docentes e pesquisadores estrangeiros para participação em reuniões científicas organizadas pelo Programa; iii) o acolhimento de alunos estrangeiros para cursos e/ou estágios e encontros.

Em um segundo momento, no processo de internacionalização, encontram-se as ações avançadas de cooperação.

No que concerne aos docentes do Programa, consideram-se, nesta etapa: i) o estabelecimento de cooperação com instituições e grupos de pesquisa no exterior, com vistas ao desenvolvimento de projetos de pesquisa e de mobilidade de alunos e de professores; ii) a consolidação de acordos de cooperação – seja por meio de convênios institucionalizados formalmente, seja por meio de intercâmbios informais –, baseados em reciprocidade, em bi- e multilateralidade e na forma de redes de pesquisa, de modo a envolver financiamento recíproco das partes em cooperação; iii) a obtenção de financiamento nacional e internacional, por meio de agências de fomento; iv) a participação do docente como professor e/ou pesquisador visitante em instituições do exterior para proferir conferências ou similares e/ou ministrar cursos e seminários; v) a realização de estágios de pesquisa em instituições no exterior; vi) a publicação de trabalhos no exterior, sozinho ou em coautoria com pesquisadores estrangeiros, tais como livros integrais, artigos em periódicos, capítulos de livros, organização de coletâneas e de números ou de dossiês temáticos de periódicos; vii) a participação em comissões organizadoras e/ou em comitês científicos de eventos no exterior ou de eventos internacionais itinerantes realizados no Brasil; viii) a participação em diretoria e/ou em conselho de associações ou organizações científicas internacionais; ix) a emissão de pareceres ou outras formas de consultoria para instituições e periódicos estrangeiros; x) a participação em comissões editoriais de periódicos e de coleções de livros no exterior; xi) a orientação e/ou coorientação de pesquisa (mestrado e doutorado) de alunos de instituições estrangeiras e a supervisão de pós-doutorados de pesquisadores estrangeiros; xii) a orientação de curta duração de alunos de instituições estrangeiras; xiii) a participação em bancas no exterior; xiv) o recebimento de prêmios, homenagens e reconhecimento em nível internacional.

No que tange aos estudantes do Programa, são relevantes, nesta segunda etapa: i) a participação em projetos de pesquisa e intercâmbios com instituições no exterior; ii) a participação em reuniões científicas no exterior, com apresentação e publicação de trabalho completo em veículos internacionais; iii) a orientação em cotutela ou obtenção de dupla titulação.

Referentemente à presença de professores, pesquisadores e alunos estrangeiros no Programa, valorizam-se nessa segunda etapa: i) ações de acolhimento de professores e de pesquisadores de instituições estrangeiras, em estágio de pelo menos 15 dias, para ministrar disciplina, orientar pesquisa (mestrado, doutorado) e/ou participar de projeto de pesquisa; ii) a publicação de trabalhos no país em coautoria com pesquisadores estrangeiros, tais como livros integrais, artigos em periódicos, capítulos de livros, organização de coletâneas e de números ou de dossiês temáticos de periódicos; iii) a presença de alunos de instituições estrangeiras para a realização de doutorado-sanduíche, assim como orientação em cotutela; iv) a presença de alunos do PEC-PG para mestrado e doutorado e de pesquisadores para pós-doutoramento.

São ações complementares que referendam o processo de internacionalização dos Programas: i) o oferecimento de disciplinas em outras línguas; ii) a publicação de periódicos em língua estrangeira ou de periódicos que aceitem artigos em outras línguas, além do português, bem como a publicação de periódicos bilíngues; iii) a publicação de coletâneas com textos em diferentes línguas; iv) a realização de cursos, conferências, reuniões de trabalho, reuniões científicas por videoconferência etc.; v) apresentação de produtos artísticos/culturais em espaços internacionais; vi) realização de bancas de defesa de tese/dissertação com bancas com membros internacionais; vii) participação de docentes como membros de sociedade científicas internacionais; viii) produções tecnológicas com participação de autores/instituições internacionais; ix) publicação de artigos em periódicos, em livros e capítulos de livros publicados em outros países, incluindo-se aí edições revistas (e em geral traduzidas) de livros primeiramente publicados no Brasil; x) publicações com coautores estrangeiros; xi) reconhecimento internacional dos trabalhos publicados evidenciado por citações encontradas em indicadores como Web of Science, Scopus e Google Scholar; xii) realização de reuniões científicas internacionais; xiii) inserção dos docentes em associações e/ou conselhos científicos internacionais.

3.2.2 INSERÇÃO NACIONAL, REGIONAL E LOCAL

Para além da demanda de internacionalização dos Programas, a Área de Linguística e Literatura considera o campo de abrangência das ações dos Programas em níveis nacional, regional e local e seus impactos. Dentre as principais externalidades dessa inserção, relaciona como evidências: i) atuação do PPG no desenvolvimento local, regional e nacional; ii) inclusão de alunos com baixo nível socioeconômico, evidenciada pelo sistema de cotas e disponibilidade de bolsas; iii) colaboração com empresas públicas ou privadas; iv) quantitativo de docentes com bolsa de produtividade em pesquisa; v) participação de docentes em comitê de agência de fomento e/ou sociedades científicas; vi) participação de docentes em redes consolidadas de pesquisa em nível nacional; vii) recebimento de prêmios, reconhecimentos ou distinções; viii) capacidade de atração de pós doutorandos; ix) formação de profissionais em áreas estratégicas; x) orientação de alunos de outras regiões do país; xi) participação de docentes e egressos em comissão municipal, estadual ou municipal de caráter não acadêmico; xii) presença de docentes na organização de eventos científicos; xiii) realização de projetos de extensão; xiv) presença de docentes e egressos como palestrantes em eventos; xv) oferta de disciplinas em outros Programas; xvi) recepção de professores visitantes de outros Programas do país; xvii) dupla titulação entre IES brasileiras.

3.2.3 VISIBILIDADE

O impacto de um Programa é em grande parte mensurado pela visibilidade de suas ações, o que inclui a capacidade de explicitar sua natureza, sua identidade, o resultado

de suas produções, mobilizando para isso diferentes recursos, principalmente os digitais em novas mídias, que amplificam a capacidade de difundir informações. Entende-se que a mais importante ferramenta para tornar visíveis as ações do Programa é a sua página na internet. Contudo, para ser efetivamente eficaz, o site deve ser, acima de tudo, informativo e de fácil navegabilidade, haja vista que todas as notas e documentos oficiais do Programa, assim como seus projetos e produtos deverão estar disponíveis na página Web. É, pois, fundamental que o site do Programa permita, com extrema rapidez e facilidade, acesso: i) à missão e aos objetivos do Programa; ii) às áreas de concentração e sua descrição; iii) às linhas de pesquisa e sua descrição; iv) ao corpo docente, seus Lattes e Grupos de Pesquisa; v) a editais de toda natureza conforme interessem ao Programa; vi) a teses, dissertações ou demais formatos de trabalho de conclusão de curso (TCC); vii) ao processo e resultados da autoavaliação; viii) aos documentos e formulários de atestada importância para discentes, egressos, docentes e comunidade; ix) a política de transparência nos atos administrativos do Programa por meio de seu regimento, portarias, resoluções, editais, pareceres, comissões e seus membros, critérios de credenciamento e credenciamento docente, processo seletivo de alunos, entre outros que o Programa avaliar como de relevância.

A página Web dos Programas deve se pautar, essencialmente, pela capacidade de informar e pela qualidade dessas informações. Assim, é indispensável que, no site do Programa constem links que conectem diretamente o visitante: i) a agências de fomento; ii) a associações nacionais e internacionais relevantes para a Área; iii) ao portal de periódicos da CAPES; iv) a periódicos importantes para o Programa; v) às instituições com as quais o Programa tenha estabelecido acordos formais; vi) a redes sociais do próprio Programa; vii) a redes sociais relevantes de docentes, discentes e egressos; viii) à página principal da instituição e da pró-reitoria de pesquisa; ix) a eventos locais, nacionais e internacionais de interesse para alunos, egressos, docentes e comunidade, entre outros que o Programa avaliar como relevantes.

Para que a visibilidade pretendida seja alcançada, faz-se mister que a página Web seja frequentemente atualizada e que as informações mais importantes e capazes de atrair a atenção de outros países estejam também em outros idiomas.

3.2.4 POPULARIZAÇÃO DA CIÊNCIA

Um dos principais desafios da pós-graduação é o de ampliar o acesso à produção acadêmica para um maior número de pessoas e evitar a comunicação apenas entre pares. Disso decorre ser importante à Área de Linguística que a popularização do conhecimento produzido possa gerar mais impacto se alcançar, com maior amplitude, a sociedade. Isso pode ser concretizado por meio de ações como: desenvolvimento de atividades de divulgação científica para a sociedade com linguagem acessível; realização de atividades relacionadas à Educação Básica para popularização da ciência; utilização de canais em plataformas digitais como Youtube, Instagram, Facebook, Tic Toc etc.;

criação de canais de comunicação com a sociedade geral; democratização do acesso à informação científica; disseminação dos resultados das pesquisas nas redes sociais; elaboração de vídeos com conteúdo informativo; participação em feiras de espaços públicos; realização de palestras para a sociedade em geral; publicações vinculadas ao jornalismo científico; criação de parcerias entre instituições e organismos para popularização e conhecimento de ações financiadas; participação em encontros de divulgação de atividades do Programa; criação e divulgação de podcasts; participação em Programas de mídias tradicionais como rádio e de televisão e de mídias contemporâneas, como canais do YouTube; realização de rodas de conversas, debates e oficinas informais em escolas de ensino básico e nas licenciaturas; realização de seminários e palestras abertos à comunidade externa em espaços públicos.

3.3 Medidas de indução de interação com a educação básica ou outros setores da sociedade

Uma das preocupações centrais da Área de Linguística e Literatura consiste no ensino em seus diversos níveis: do básico ao superior. Os diversos Programas – acadêmicos e profissionais – desenvolvem pesquisas ligadas ao ensino de língua e de literatura em múltiplas vertentes e perspectivas, abarcando a formação inicial e continuada de docentes, a produção e a análise de material didático e de documentos oficiais para o MEC, o INEP e outros órgãos públicos, o diagnóstico de práticas de ensino, seguido de intervenções em comunidades escolares, associações e outros espaços de educação formal e informal em áreas de cidades, campos e florestas ou em comunidades indígenas, não-indígenas, quilombolas e refugiadas. Por tal razão, a Área busca, por um lado, aumentar a sua participação e, por outro, estreitar o diálogo com a Educação no que tange à formação dos docentes responsáveis pelas séries iniciais do Ensino Fundamental, cuja expertise não inclui conhecimentos aprofundados nos fundamentos da Linguística e da Literatura e/ou sua didatização.

Ressalta-se, ainda, que a vocação da Área não se restringe ao contexto acadêmico-educacional, uma vez que se compreende que o profissional da linguagem pode atuar em outros setores, dentre os quais se destacam o tecnológico, o artístico, o editorial, o forense, o museológico etc.

De forma concreta, a Área de Linguística e Literatura insere-se na Educação Básica e em outros setores por meio de ações, tais como: i) participação efetiva em Programas de formação continuada de professores, buscando parcerias com as secretarias municipais e estaduais de educação e com as agências de fomento; ii) participação em projetos governamentais de formação de professores, a exemplo do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), da Residência Pedagógica e do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR); iii) participação em Programas nacionais e institucionais de auxílio aos cursos de graduação, como Programas de educação tutorial, Programas de monitoria interna e externa às instituições; iv)

desenvolvimento de material didático em língua materna, em línguas de sinais, em línguas adicionais e em literatura, em diferentes mídias, para a formação básica discente e docente, coadunando com as teorias linguísticas e literárias mais atualizadas; v) elaboração de obras de referência como gramáticas, dicionários, glossários, enciclopédias, antologias, dentre outras, que não se restrinjam ao ambiente escolar; vi) desenvolvimento de pesquisa e de material de reflexão teórico-metodológica sobre questões que envolvam o contexto da Educação Básica, a Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS), as línguas indígenas, os multiletramentos e os letramentos hipermidiáticos na Educação Básica, a multimodalidade, o desenvolvimento de atividades de compreensão de textos de diferentes gêneros orais e escritos, além das práticas educativas na Educação à Distância; vii) formação de professores indígenas para atuar em suas comunidades, visando à valorização, à manutenção de suas línguas e literaturas, à alfabetização de crianças, jovens e adultos, à elaboração de materiais didáticos específicos etc.; viii) incremento de pesquisas e incorporação, nos APCN e nas Fichas de Avaliação, de indicadores claros que orientem os Programas sobre a importância do engajamento no processo de produção de temas e de ações voltadas para a melhoria da Educação Básica e de outros setores da sociedade; xix) incremento de pesquisas com foco em leitura e escrita, língua(s) e literatura, ancoradas no diálogo com os sistemas de Educação Básica, principalmente com os professores, sobre os currículos das licenciaturas, para analisar sua sinergia com a realidade da escola básica, em especial com a prática e com os conhecimentos que nela se ensinam, visando a potencializar a renovação desses currículos e a refletir sobre a docência superior nos cursos de licenciatura; x) promoção de instâncias para leitura interpretativa e crítica de documentos que se referem à Educação Básica e reflexão de como tais documentos podem contemplar as pesquisas da pós-graduação; xi) transformação do Estágio de Docência, exigido dos pós-graduandos com bolsa de demanda social, em Estágio de Docência na Educação Básica como referência à experiência do PIBID da graduação, para instituir um PIBID para a pós-graduação. Esse novo PIBID da Pós pode ser vetor para atualizar a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e os cursos de formação de professores e os das pós-graduações que acolhem esses docentes licenciados; xii) criação de grupo de trabalho permanente, articulado com órgãos e entidades públicas e da sociedade civil, interessados na interface entre Educação Básica e o sistema de pós-graduação, no que diz respeito à formação de professores formadores de leitores; xiii) indução a propostas de mestrados profissionais, em rede ou não, que contribuam para a formação continuada, atualização e especialização de docentes da Educação Básica; xiv) estímulo à ampliação de cursos e/ou linhas de pesquisa de escrita criativa na formação de ficcionistas, poetas, teatrólogos e roteiristas de cinema e práticas pedagógicas na Educação Básica; xv) incentivo ao desenvolvimento de materiais não escolares destinados aos setores produtivos, tais como dicionários técnicos, glossários e traduções; xvi) impulso ao desenvolvimento de projetos e de produtos que aliem as especificidades da linguística e da literatura aos campos da saúde, tais como medicina, psicologia e fonoaudiologia, bem como às esferas forense, editorial e computacional, tendo em vista o caráter dinâmico e

interdisciplinar da Área de Linguística e Literatura; xvii) produção de pesquisas que investiguem o emprego de tecnologias como a da Inteligência Artificial na educação.

Por fim, é primordial que, a exemplo do processo que envolveu a criação do PROFLETRAS, hoje na Área.51, a Área.41 se articule em outras ações – não situadas nos limites dos Programas de pós-graduação – que contribuam para a reflexão tanto acerca de políticas de ensino de línguas e de formação de professores, quanto acerca de sua atuação em outros setores da sociedade, instada pela necessidade de aprimoramento de políticas públicas.

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXCELÊNCIA NA ÁREA

A distinção de excelência conferida a Programas da Área leva necessariamente em conta uma avaliação em múltiplas dimensões. Assim sendo, a excelência envolve a formação de recursos humanos e produção intelectual altamente qualificados e internacionalização consolidada, mas também ações geradoras de impacto e comprometimento com os desafios enfrentados pela sociedade no âmbito local, regional e nacional.

Esses elementos de dimensões múltiplas devem coexistir de forma recorrente e sistêmica, sendo incorporados nas rotinas coletivas, e reproduzirem-se de maneira sustentada ao longo da atuação dos Programas de pós-graduação que já tenham alcançado ou que almejem alcançar padrão de excelência. Portanto, a excelência de Programas em qualquer dimensão precisa demonstrar engajamento coletivo e contínuo do seu corpo docente e discente e não se configurar como ações, projetos ou produtos esporádicos e pontuais, a fim de que tal engajamento persista de maneira sustentada ao longo do tempo.

Diferentemente da visão sistêmica, segundo a qual o desempenho de uma pós-graduação excelente se captava pelo impacto acadêmico de publicações científicas e mensurados por diferentes métricas de citações obtidas junto a bases bibliométricas, novos paradigmas se apresentam vislumbrando-se mudanças decorrentes da “compreensão de que as sociedades contemporâneas exigem não apenas expertise acadêmica em suas Áreas de conhecimento, mas também a capacidade dos pesquisadores de desenvolver habilidades para, de maneira coletiva e multidisciplinar, lidar com as diversas questões em torno das quais gravitam os grandes problemas sociais, educacionais, econômicos, políticos, culturais, tecnológicos e ambientais da nossa época.” (GT-Excelência, p. 9). Seguindo esses novos desafios, para alcançar o grau de distinção, os Programas de pós-graduação stricto sensu necessitam incorporar novas metas, incluindo o desenvolvimento sustentável, às que já existiam. Assim, fixam-se, como prioridades, a capacidade de formação verdadeiramente qualificada não apenas de novos pesquisadores, mas também de novas lideranças que conduzirão este e outros processos de expressão social. Acompanham esses processos os produtos e as pessoas geradoras de impacto social com inovações teóricas, instrumentais, artísticas e culturais, literárias, tecnológicas, educacionais, econômicas e comportamentais. Necessário agregar a tudo isso o respeito às diferenças – visando a promoção da equidade com inclusão –, a participação no empreendimento de políticas públicas e objetivos de desenvolvimento sustentável. Importante compreender que a noção de excelência não é estática. Pelo contrário, é tão dinâmica quanto dinâmica é a sociedade. Portanto, a excelência deverá acompanhar a sociedade, em resposta às suas mudanças e às suas necessidades, não perdendo de vistas avanços metodológicos, teóricos,

comportamentais e científicos que promovem, invariavelmente, alterações em todo o cenário acadêmico-científico global.

A Área de Linguística e Literatura tem estado atenta à missão e aos objetivos propostos pelos Programas. Logo, a capacidade de alcançar a excelência está também vinculada à capacidade de alcançar com esmero a missão e cumprir com distinção os objetivos. Importa, nessa perspectiva, a formação de mestres e doutores de alta e comprovada qualificação; a produção bibliográfica de grande impacto advinda não apenas de docentes, mas também de discentes e de egressos titulados; a produção técnica de forte impacto advinda não apenas de docentes, mas também de discentes e egressos titulados; ações contínuas, persistentes e transformadoras de inserção local, regional, nacional e internacional; a capacidade nucleadora e colaborativa do Programa; a competência em realizar uma autoavaliação processual e capaz de promover o engajamento de todos os envolvidos na pós-graduação, fotografar o Programa sem vieses e indicar mudanças; a capacidade de acompanhamento do egresso titulado a fim de perceber suas incursões sociais em virtude da formação recebida no Programa.

Todos esses apontamentos devem ser capazes de traduzir com transparente clareza a capacidade dos Programas quanto: i) à formação de mestres e doutores em constante diálogo com as transformações sociais; ii) à produção intelectual geradora de inovação e impacto com alcance internacional; iii) à capacidade de formar lideranças na Área com reconhecimento no cenário nacional e internacional; iv) ao alto padrão de cooperação com instituições, Programas e grupos de pesquisas de outros países; v) à mobilidade acadêmica envolvendo docentes e discentes, considerando sempre o fluxo de envio e recebimento de pessoas; vi) ao envolvimento da instituição na indução, no incremento e na consolidação das atividades do Programa rumo à excelência; vii) à inclusão de temas voltadas para o desenvolvimento humano, econômico e ambiental, sem perder de vista a integridade em pesquisa, equidade, diversidade e inclusão.

A Área considera, ainda, que todos os elementos acima devem ser captados por meio de uma análise comparativa entre os Programas com perfil para atingir a excelência, de maneira que aqueles que se destacarem nessa análise comparativa alcançarão grau de distinção sobre os demais. Esses mesmos elementos devem ser atendidos por uma parcela expressiva de docentes e discentes, não se restringindo a um número pequeno de envolvidos. Importa destacar, acerca da internacionalização, que acordos, intercâmbios, redes e atividades deverão sempre apresentar bilateralidade de modo que a cooperação seja igualitária e pautada em propósitos bem definidos para que não se constitua como um fim em si mesma.

Reitera-se que, para alcançar os padrões considerados de excelência na Área, é importante que os Programas prevejam ações indutoras ou mantenedoras da condição de excelência na autoavaliação e no planejamento estratégico, em conformidade com o planejamento do desenvolvimento institucional (PDI).

5 EQUIDADE, REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS E DIVERSIDADE

5.1 Perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais

A distribuição dos Programas da Área de Linguística e Literatura por regiões do país conseguiu corrigir as graves assimetrias que respondiam a aspectos históricos e sociais diversos, como a demora na criação de universidades em regiões consideradas periféricas, o lento desenvolvimento econômico dessas regiões, distâncias geográficas e consequentes dificuldades de mobilidade interna. Ainda comprometida com a redução de assimetrias, agora não mais geográficas, mas sistêmico-estruturais, a Área tem promovido a realização de fóruns regionais, destinados não apenas a propiciar maior interlocução entre os Programas e a coordenação de Área, mas também a estimular o diálogo e a cooperação entre os Programas de uma mesma macrorregião e com perfis e missões diferentes. Há atenção especial a Programas em fase de consolidação ou com dificuldades internas, razão pela qual a Área procura realizar visitas às regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos e financeiros, de forma a colaborar com os Programas e assessorá-los. Como ações práticas, a Área tem desencorajado a criação de Programas que redupliquem propostas já existentes em sua região, ao mesmo tempo em que encoraja a criação de cursos novos em regiões onde a formação pós-graduada em Linguística e Literatura ainda apresenta demandas. Nesse sentido, evidencia-se um dos compromissos com a Agenda 2030, por meio do estabelecimento de critérios diferenciados que levem em conta a distribuição geográfica dos Programas da Área, de modo a assegurar que regiões menos desenvolvidas tenham acesso à formação *stricto sensu*.

A Área também estimula esforços de solidariedade entre seus Programas visando à melhoria da qualidade dos cursos em regiões menos favorecidas, por meio do intercâmbio e mobilidade de estudantes e docentes para a participação de atividades em Programas 5, 6 e 7. Entende-se que essas atividades são capazes de gerar produtos que beneficiam os dois lados, considerando metas de desenvolvimento local e regional, bem como para efeitos de inserção nacional e internacional. Há ainda estímulo a critérios diferenciados sobre assimetrias regionais, levando-se em conta a pontuação diferenciada para os Programas que promovem a transferência de tecnologia e conhecimento para beneficiar as comunidades locais, que vão desde a pesquisa até a transferência de tecnologia.

Ainda na perspectiva da redução de desigualdades regionais, a Área procurou flexibilizar o quantitativo docente em regiões ainda desprovidas de cursos de mestrado e de doutorado. Em casos de propostas advindas de instituições localizadas em áreas em que há ainda necessidade de se corrigirem assimetrias regionais, é permitido que cursos

de mestrado sejam compostos por, no mínimo, 8 docentes permanentes e cursos de doutorado por, no mínimo, 10 docentes permanentes, sendo necessário, contudo, sólida justificativa para essa composição. Competirá aos proponentes explicitarem a adequação da proposta de criação do curso novo às exigências locais, regionais e/ou nacionais, estabelecendo metas para o avanço do conhecimento em Linguística e Literatura na região onde será implantado. É imperativo, também, que a proposta seja elaborada a partir de demandas bem claras que visem à redução de desigualdades regionais e que proponham como resultados a formação crítica e de qualidade de mestre e doutores capazes de promover ações geradoras de impactos sociais. Nas demais regiões, permanece a exigência de 10 e 12 docentes permanentes para cursos de mestrado e de doutorado, respectivamente.

5.2 Visão da Área sobre mecanismos de solidariedade (incluindo PCI)

A solidariedade é entendida como um processo colaborativo orientado para o desenvolvimento intelectual, cultural e social entre regiões ou nações por meio da formação de novos pesquisadores e da criação de novas redes de pesquisa, de modo a fortalecer a própria Área de Linguística e Literatura, tanto no âmbito teórico e aplicado, quanto no estabelecimento de diálogo com outros setores produtivos da sociedade.

A solidariedade pode ser desenvolvida por meio de Projetos de Cooperação Interinstitucional (PCI), seja de Mestrado, seja de Doutorado, especialmente em cidades mais afastadas das capitais e áreas de países das fronteiras latino-americanas. Por intermédio de projetos dessa natureza, os Programas de pós-graduação consolidados alargam seu campo de atuação para suprir a lacuna de formação de docentes em regiões do país e/ou de outros países que ainda estão no processo inicial de criação de Programas.

Os indicadores de solidariedade não estão restritos, entretanto, à existência de projetos formalmente registrados de cooperação entre instituições para qualificação de profissionais de nível superior (PCI). A solidariedade pode ser desenvolvida também a partir de diversas outras ações, envolvendo Programas consolidados e Programas em fase de consolidação, tais como: i) participação em projetos de pesquisa; ii) realização de eventos acadêmicos, facilitando a participação de docentes e discentes de regiões menos abastadas; iii) incentivo à participação em grupos de pesquisa formalmente registrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq; iv) iniciativas de cooperação, como produção intelectual em parceria, minicursos, oferta de disciplinas, emissão pareceres; v) auxílios e assessoria em temas diversos condizentes com o funcionamento dos Programas; vi) ampliação de redes regionais e nacionais; vii) ações de assessoria para a criação de cursos novos e para o fortalecimento de cursos já existentes. As atividades aqui elencadas, por certo, não esgotam as possibilidades de os Programas

manifestarem-se solidários. Situações e experiências novas, certamente, poderão suscitar outros mecanismos e ações para que os Programas se solidarizem entre si.

5.3 Visão da Área quanto às políticas afirmativas de inclusão, permanência e acessibilidade

O Comitê Permanente de Ações Estratégicas e Políticas para a Equidade de Gênero com suas Interseccionalidades no âmbito da CAPES (Portaria Capes 215, de 10 de julho de 2024) orientou procedimentos e ações para aprimorar o processo de inclusão de pessoas diversas que devem ser guias para as Instituições, Programas de Pós-Graduação e Coordenações de Área. Parte das orientações do Comitê complementam os procedimentos de avaliação, e quando pertinente, os indicadores dos Itens 1.3, 2.3, 2.4, e do Quesito 3 da Ficha de Avaliação devem considerar as orientações presentes na seção “D2” do Documento “Parâmetros Comuns”.

Em 2012, o Supremo Tribunal Federal confirmou as políticas de ação afirmativa no país, garantindo a ampliação das políticas de inclusão de pessoas pretas e pardas no Ensino Superior. Em 2016, por meio da Portaria Normativa nº 13, o MEC estabeleceu que as instituições federais de ensino superior deveriam apresentar propostas para a inclusão de pessoas negras (pretas e pardas), indígenas e pessoas com deficiência em seus Programas de pós-graduação, como políticas de ações afirmativas, conforme explicita em seu art.1º. Ainda de acordo a mesma Portaria, caberia às IES a criação de comissões próprias para o aperfeiçoamento das ações afirmativas e, no que diz respeito à CAPES, caberia a esta a coordenação e “elaboração periódica do censo discente da pós-graduação brasileira, com o intuito de fornecer os subsídios para o acompanhamento de ações de inclusão de negros (pretos e pardos), indígenas e pessoas com deficiência na pós-graduação, bem como para a avaliação de tais ações junto aos Programas de pós-graduação” (Artigo 4º).

Em 2018, 26% dos Programas contavam com alguma medida de ação afirmativa. Em 2021, a porcentagem passou para 54%, conforme dados do Observatório de Ações Afirmativas na Pós-graduação (disponíveis em www.obaap.com.br), indicando o crescimento da preocupação da comunidade acadêmica e científica com o tema e o impacto da legislação.

Em consonância com a preocupação da CAPES na construção de um sistema nacional de pós-graduação mais inclusivo, a Área tem insistido na existência, no âmbito dos regulamentos dos Programas, de políticas de ação afirmativa que busquem promover a equidade e a inclusão relativamente ao acesso e à permanência na pós-graduação. Na ausência dessas políticas, a Área recomenda que seja indicado um plano para a sua adoção. A esse respeito, no Documento Orientador do APCN da Área.⁴¹ (2023, p. 24-25), lê-se: “que sejam apresentadas na proposta ações amplas voltadas a políticas afirmativas que tratem da inclusão de alunos, docentes e técnicos que façam parte de

grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica a qualquer tempo. Incluem-se: negros(as), pardos(as), pessoa com deficiência de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, povos originários, pessoas trans, quilombolas, imigrantes, refugiados, asilados, apátridas e vítimas de tráfico de pessoas, outras categorias de vulnerabilidade social”. Assim, a Área de Linguística e Literatura compreende que Ações afirmativas devem alcançar um amplo espectro de políticas e procedimentos concretos que sejam capazes de combater qualquer tipo de discriminação, da mesma forma que sejam capazes de incluir todos os indivíduos indistintamente. A isso se soma o compromisso com a promoção da paridade de gênero em comissões internas e de gestão do Programa.

Portanto, a Área compreende ser necessário aos Programas ações concretas que incorporem:

- i. Políticas Institucionais: devem ser expressas por portarias e/ou resoluções específicas relativas ao tema e que atendam à legislação estabelecida pela Portaria Normativa nº 13/MEC, assim como descrever a existência de comissão própria para a criação e/ou aprimoramento de políticas afirmativas.
- ii. Políticas do Programa: devem ser contempladas pelo regimento do Programa ou estabelecidas por portarias ou resoluções específicas, explicitadas nos editais de seleção e ingresso, constantes em edital de bolsas destinadas aos sujeitos dos grupos a serem contemplados pelas ações afirmativas.
- iii. Descrição das boas práticas em acessibilidade: a título de exemplo, devem ser previstas a existência de intérprete de Libras para estudantes surdos, a produção de material em Braile para estudantes cegos, a oferta de monitores, a consideração de que a língua portuguesa pode ser considerada como estrangeira em editais de ingresso para indígenas e imigrantes em condição de refugiados, a oferta de cursos de português como língua estrangeira etc.

6 ALTERAÇÕES DOS PROGRAMAS

6.1 Visão da Área sobre fusão, desmembramento e migração

No que se refere aos processos de fusão, desmembramento e migração de Programas, a Área de Linguística e Literatura enfatiza a importância do atendimento às determinações presentes nas normativas da CAPES vigentes no momento de submissão da alteração pretendida. Destaca-se que as fusões estão restritas à união de Programas de mesmo nível ou de níveis diferentes que pertençam a uma mesma modalidade (acadêmica ou profissional). A Área.41 aprecia positivamente fusões que venham a fortalecer Programas em fase de consolidação ou que venham a fortalecer ainda mais Programas já consolidados. Por outro lado, a Área desestimula desmembramentos que não sejam decorrentes de uma necessidade urgente e orgânica do próprio desenvolvimento do Programa e que possam ser administrados por meio da criação de novas áreas de concentração e/ou de linhas de pesquisa no âmbito do Programa já existente; mesmo assim, é necessário que o Programa desmembrado e a instituição estejam cientes do novo empreendimento que se apresenta, com novos desafios, durante e após o processo de desmembramento, em observância às normativas da CAPES para este fim.

Outras alterações como mudança de nome do Programa, mudança de modalidade e mudança de área básica devem ser solidamente justificadas e atender à legislação vigente, bem como ao calendário da Diretoria de Avaliação para a execução do pleito.

7 OUTRAS CONSIDERAÇÕES DA ÁREA

7.1 Impactos da Agenda 2030

Considerando o alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), de acordo com os 17 eixos definidos pela Organização das Nações Unidas para o Brasil, a Área.41 reitera a relevância das pesquisas empreendidas pelos Programas de pós-graduação comprometidas com as necessárias transformações do país na busca de resolução e superação de problemas sociais, ambientais e econômicos. “Esses ODS visam, sobretudo, à erradicação da pobreza e ao desenvolvimento de políticas de proteção do meio ambiente e do clima, necessárias à paz e à prosperidade” (Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>, última consulta em 28/10/2024). Tais objetivos convergem para o que está definido na Agenda 2030. Os 17 eixos são: erradicação da pobreza; fome zero e agricultura sustentável; saúde e bem-estar; educação de qualidade; igualdade de gênero; água potável e saneamento; energia limpa e acessível; trabalho decente e crescimento econômico; indústria, inovação e infraestrutura; redução das desigualdades; cidades e comunidades sustentáveis; consumo e produção sustentáveis; ação contra a mudança global do clima; vida na água; vida terrestre; paz, justiça e instituições eficazes; parcerias e meios de implantação.

Do ponto de vista econômico, a partir de 2023, pode-se perceber o acerto de novos rumos, que elevaram o PIB, aumentaram o número de investimentos estrangeiros, reduziram parte dos índices da fome, mas o país se ressentia ainda da manutenção e mesmo ampliação de políticas que seguem na contramão de um desenvolvimento sustentável. A desordem climática e ações, por vezes criminosas, de devastação e queimadas acentuadas em 2024 comprometem a vida das populações não apenas do ponto de vista imediato dos danos à saúde, mas da aproximação com um ponto de irreversibilidade da destruição da flora e da fauna brasileiras. Com forte atuação no campo da educação, a Área.41 pode contribuir mais decisivamente para a melhoria dos níveis de ensino e aprendizagem, da formação crítica e mais politizada dos estudantes da educação básica e do ensino superior, com comprometimento de pesquisas mais expressamente implicadas com questões sociais. A linguagem atravessa todos os campos da atividade humana e, sob perspectiva interdisciplinar, a Área tem muito a colaborar com a reversão de problemas nacionais. Isso pode ser evidenciado, por exemplo, com: i) o desenvolvimento de projetos de pesquisa que abordem temas relacionados à igualdade de gênero, redução das desigualdades e inclusão social; ii) o desenvolvimento de pesquisas aplicadas que tenham impacto direto nas comunidades locais, melhorando a saúde, a educação e a qualidade de vida; iii) a realização de pesquisas que analisem a governança, a transparência e a eficácia das instituições públicas, sobretudo na esfera educacional; iv) na oferta de disciplinas destinadas ao enfrentamento do estudo de casos reais que demonstrem a necessidade de abordagens interdisciplinares para resolver problemas complexos, facilitando o atendimento das

dimensões dos ODS; v) nas parcerias entre os Programas de pós-graduação e outras instituições de ensino, organizações não-governamentais, e setores públicos e privados para promover a pesquisa e práticas interdisciplinares, de modo a atender às dimensões dos ODS; vi) nas políticas de admissão que promovam a inclusão de estudantes de grupos sub-representados, como cotas ou Programas de ação afirmativa; vii) na disponibilidade e acessibilidade de bolsas de estudo e apoio financeiro a estudantes de baixa renda ou de grupos marginalizados; viii) no desenvolvimento de pesquisas interdisciplinares que integrem diferentes Áreas do conhecimento para abordar temas complexos relacionados à diversidade e equidade; xix) nas políticas de inclusão para mulheres na Área, visando a promover equidade de gênero e criar um ambiente de trabalho mais inclusivo e igualitário.

7.2 Inteligência Artificial

Novos tempos impõem novos rumos, novas tarefas, novas linguagens. A Área.41 não se furta a enfrentar esses novos desafios, como o que se apresenta sob a nomeação de Inteligência Artificial (IA). Vejam-se, a respeito, as orientações da UNESCO para o uso de IA em contextos pedagógicos, ao considerar: i) a necessidade de garantia de uso inclusivo e equitativo da IA; ii) uma abordagem centrada no IA para a educação; iii) a necessidade de proteção dos direitos dos docentes, considerando redefinições de ordem interacional, papéis e competências dos atores envolvidos no processo de ensino-aprendizagem; iii) os usos éticos, confiáveis e sustentáveis da IA; iv) o letramento digital dos docentes; v) a garantia de formação continuada que envolva a aquisição de saberes relativos às novas tecnologias (Cf. <https://ids.org.br/noticia/unesco-lanca-guia-sobre-competencias-em-ia-para-professores/#>). Nesse sentido, a Área.41 sinaliza a necessidade de ampliação de pesquisas em IA, levando-se em conta suas inevitáveis implicações para o campo pedagógico e para o próprio desenvolvimento da pesquisa acadêmica e sua divulgação. Entende-se que, se a inteligência artificial for utilizada como ferramenta, poderá ser uma grande aliada à pesquisa, mas, se usada como produtora de conteúdo, poderá se tornar um grave problema para a geração do conhecimento que se pretende na pós-graduação stricto sensu. Como apresentado no início deste documento, a Área.41 tem como objeto basilar a linguagem e, portanto, não se furta a lidar com mais essa forma de usos da linguagem que é a inteligência artificial, razão pela qual vários Programas já introduziram pesquisas e investigações sobre essa nova ferramenta.